

2016

relatório anual



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

SUMÁRIO

- 03** CARTA DA DIREÇÃO
- 04** JUSTIÇA
- 06** POLÍTICA EXTERNA
- 08** COOPERAÇÃO SUL-SUL
- 10** EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS
- 12** INSTITUCIONAL
- 14** CONECTAS EM NÚMEROS
- 15** BALANÇO FINANCEIRO

EXPEDIENTE

Conectas Direitos Humanos

Diretora-executiva: Juana Kweitel

Diretor-adjunto: Marcos Fuchs

Coordenação:

Administrativo-financeiro: Fernanda Mioto

Empresas e Direitos Humanos: Caio Borges

Justiça: Rafael Custódio

Política Externa: Camila Asano

Captação: Amanda Fazano

Comunicação: Leonardo Medeiros

Conselho deliberativo:

Presidente: Margarida Genevois

Ana Lucia Villela

Anamaria Schindler

Andre Raichelis Degenszajn

Darci Frigo

Fabio Caruso Cury

Flavia Regina de Souza

Malak El-Chichini Poppovic

Marcelo Furtado

Oscar Vilhena Vieira

Sandra Carvalho

Theodomiro Dias Neto

Conselho fiscal

Eleno Gonçalves Jr.

Emílio Martos

Redação: Sara Baptista e Teresa Ferreira

Edição: Leonardo Medeiros (Mtb: 59.513)

Edição fotográfica: João Paulo Brito

Diagramação: W5 Publicidade

Impressão: 50 cópias - Gráfica em definiçãoXXX

Agosto de 2017



 ano em que a Conectas completou uma década e meia de trajetória foi também um dos mais desafiadores de sua história, seja pelo conturbado contexto político que o Brasil e o mundo atravessaram em 2016 --e que continuará atravessando pelos anos que se seguem--, seja pela tarefa que a organização se impôs de repensar sua forma de atuação para poder reagir com agilidade e flexibilidade aos retrocessos que se sucedem.

À instabilidade política que culminou com o impedimento da presidente Dilma seguiu-se uma agenda de desmonte do pacto social estabelecido pela Constituição de 1988, com impacto nos grupos mais vulneráveis da sociedade. No contexto internacional, a vitória eleitoral do discurso xenófobo de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a saída do Reino Unido da União Europeia são exemplos de como as pautas nacionalistas ressurgiram com força em todo o mundo, com resultados imprevisíveis sobre os direitos e liberdades civis.

Neste contexto, Conectas busca contribuir na resistência aos retrocessos, somando forças com outras organizações e movimentos da sociedade civil para denunciar e barrar as ameaças em andamento. A ONU foi um dos fóruns nos quais submetemos o governo ao escrutínio e a crítica da comunidade internacional, como no caso da PEC do teto dos gastos públicos. Nessa ocasião, Conectas e seus parceiros instaram o relator especial para extrema pobreza, Philip Alston, a se manifestar energicamente contra a medida. A Conectas também trabalhou para mobilizar a sociedade brasileira a participar de maneira cada vez mais ativa em mecanismos como a Revisão Periódica Universal.

O sistema de Justiça se apresenta como outro espaço privilegiado para a garantia de direitos. Em 2016 a organização questionou judicialmente a legalidade de alguns atos do governo, como a repressão ao direito de protesto no Estado de São Paulo. No ano passado, a ação da Conectas contribuiu para mudar o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tráfico de drogas privilegiado, beneficiando pessoas sem antecedentes criminais, principalmente mulheres, e também combatendo o encarceramento em massa.

Apesar da resistência aos retrocessos, exploramos cada oportunidade de avançar em pautas que são caras aos direitos humanos. Trabalhamos para que a Câmara dos Deputados aprovasse, em dezembro, o texto da nova Lei de Migração em substituição ao inconstitucional e defasado Estatuto do Estrangeiro. A lei ampliará o acesso a direitos fundamentais para migrantes no Brasil e também a brasileiros no exterior.

Internamente, a organização se reestruturou para melhor utilizar as estratégias desenvolvidas ao longo do tempo. O planejamento estratégico criado e implementado em 2016 definiu as áreas de atuação da organização para os próximos anos. Dentre as principais mudanças propostas no novo planejamento estratégico está a mobilização e o engajamento público para fortalecer a atuação coletiva em prol dos direitos humanos e dos valores democráticos. Acreditamos que esse processo foi fundamental para reafirmar nossa missão, considerando a necessidade de estar mais próximos e abertos à sociedade.

2016 foi também um ano de transição para a Conectas, com a saída da então diretora-executiva Jessica Carvalho Morris, advogada e ativista de direitos humanos. Jessica foi essencial na construção de um novo planejamento estratégico. Por esse esforço, agradecemos sua dedicação à organização. Juana Kweitel, que faz parte da equipe Conectas desde 2003, assumiu a direção para liderar a organização nesta nova etapa de ampliação do diálogo da Conectas com a sociedade.

Temos consciência do tamanho dos desafios, mas temos claro o caminho a percorrer e a confiança de que nosso trabalho trará benefícios concretos ao Brasil e ao mundo.

Juana Kweitel - diretora-executiva
Marcos Fuchs - diretor-adjunto

PROGRAMA DE JUSTIÇA

LEI ANTITERROR E RESTRIÇÕES À SOCIEDADE CIVIL

Em função da proximidade dos Jogos Olímpicos do Rio, em fevereiro de 2016 o Congresso Nacional aprovou em regime de urgência uma lei tipificando o crime de terrorismo. Organizações de direitos humanos mobilizaram-se contra o projeto e apontaram como ele representava um atentado à democracia por facilitar, por meio de condutas abrangentes e penas duras, a criminalização de movimentos sociais e ativistas que lutam por direitos. Mesmo com intensa pressão da sociedade civil, o texto foi aprovado. Mas a partir de parecer técnico elaborado pela Conectas, pontos críticos foram posteriormente vetados pela Presidência da República, como a tipificação do crime de apologia ao terrorismo e o aumento de penas para depredação de bens público e privados.



E AGORA, QUEM SERÁ O
'TERRORISTA' DA VEZ?



João Paulo Brito/Conectas

PEDRINHAS: DOIS ANOS DEPOIS DA CRISE

O complexo penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, ficou conhecido internacionalmente após a crise de violência que eclodiu em 2013 e que motivou um pedido de medida cautelar na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), da qual a Conectas é co-peticionária. Para averiguar e pressionar o cumprimento das medidas, em fevereiro de 2016 a Conectas lançou o relatório “Violação Continuada” a partir de inspeções realizadas no complexo. O documento mostrou como todos os fatores que geraram a rebelião persistem: prisões ilegais, tortura e maus-tratos, higiene precária, alimentação inadequada e falta de acesso à saúde.

Em setembro, uma rebelião por melhores condições no complexo culminou na ocupação da prisão por mais de 700 agentes de segurança. Mais uma vez, a Conectas e seus parceiros visitaram o presídio e denunciaram à Corte Interamericana de Direitos Humanos o uso de tortura física e psicológica, além da superlotação e falta de tratamento médico.



PROTESTO NÃO É CRIME

O ano começou com cenas de violência, repressão e ilegalidades cometidas pela PM (Polícia Militar) de São Paulo ao impedir o protesto contra o aumento das tarifas de transporte público. Em resposta, a Conectas e organizações parceiras ingressaram, em fevereiro, com representação questionando a omissão do Ministério Público paulista diante da violência desproporcional da corporação e denunciaram na ONU o governador Geraldo Alckmin.

Conectas, Artigo 19 e Minha Sampa organizaram uma campanha de mobilização para pressionar a Justiça paulista a julgar uma Ação Civil Pública apresentada em 2013 pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, na qual a Conectas figura como *amicus curiae*. A ação pedia um protocolo público da Polícia Militar que regulasse o uso da força em protestos. A petição teve a adesão de mais de **30 mil pessoas**.

Em outubro, os autores da ação obtiveram êxito no pedido principal e uma sentença favorável foi proferida, determinando a proibição do uso de armas menos letais, como bala de borracha e bomba de gás para dispersão de protestos pela PM. A decisão também sentenciava o governo do Estado de São Paulo a elaborar, em um prazo de trinta dias, um protocolo de atuação da polícia que regulasse o uso da força de modo a garantir o direito de reunião e livre manifestação. Atualmente, há um recurso do governo pendente que dará o desfecho final do caso.

DEZ ANOS DOS CRIMES DE MAIO

No ano em que se completou uma década do episódio conhecido como “Crimes de Maio”, a PGR (Procuradoria Geral da República) acatou um pedido realizado em 2009 pela Conectas em nome dos familiares das vítimas do parque Bristol, em São Paulo, e se manifestou pela federalização das investigações. A decisão abre espaço para que outras chacinas suspeitas ocorridas no contexto dos Crimes de Maio sejam investigadas em esfera federal. À época, 505 civis foram mortos por armas de fogo – grande parte, com sinais de execução. As suspeitas recaem sobre policiais que estariam se vingando de uma facção criminosa. A decisão aguarda autorização do Superior Tribunal de Justiça para prosseguir com a apuração.

POLÍTICA DE DROGAS

Em junho, a Conectas alcançou uma importante vitória contra a política de guerra às drogas que superlota presídios e é responsável por inúmeras violações de direitos no país. O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o chamado “tráfico privilegiado” não deve ser considerado crime hediondo. É considerado tráfico privilegiado aquele cometido por réu primário, que tenha bons antecedentes e não integre organização criminosa. O placar inicial da votação já caminhava para o entendimento de que seria crime hediondo, mas três juízes mudaram seus votos após ouvirem os argumentos apresentados pela Conectas por meio de memorandos. No documento, a organização enfatizou os efeitos nocivos que essa classificação tem sobre a população prisional, principalmente contra mulheres e adolescentes.

POLÍTICA EXTERNA

O BRASIL NA BERLINDA

Em preparação para o terceiro ciclo da RPU (Revisão Periódica Universal) do Brasil na ONU, a Conectas trabalhou para engajar a sociedade civil neste que é o mais importante mecanismo de análise da situação dos direitos humanos nos países-membros.

Como parte do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, Conectas estimulou que diversas organizações trabalhassem na produção de relatórios temáticos a serem submetidos à ONU. Para isso, foram realizadas duas oficinas em São Paulo, em julho e agosto, nas quais a Conectas compartilhou sua experiência sobre o processo com outras entidades. Conectas também submeteu oito relatórios junto ao mecanismo da RPU incluindo temas como direitos indígenas, trabalho escravo, migração, violência policial, justiça criminal, entre outros.

Em um esforço para valorizar a revisão, a Conectas participou da consulta pública referente ao relatório oficial do governo brasileiro e também da audiência realizada na Câmara dos Deputados para debater o documento, instigando uma revisão mais autocrítica e realista por parte das autoridades.



REVISÃO DO BRASIL NA ONU
O país no banco dos réus

Quer saber mais sobre a RPU e o trabalho realizado pela Conectas e seus parceiros? Acesse o site especial que produzimos:



#MIGRARÉDIREITO

Em 2016, a Conectas promoveu em conjunto com parceiros uma grande campanha nacional pela substituição do Estatuto do Estrangeiro, legislação da ditadura militar que tratava os migrantes sob a óptica da segurança nacional.

A atuação da sociedade civil por uma nova lei que respeitasse o direitos dos migrantes no Brasil e

COMÉRCIO RESPONSÁVEL DE ARMAS

Desde que o Brasil assinou o TCA (Tratado sobre o Comércio de Armas), em 2013, sua ratificação continua pendente e está parada no Congresso Nacional. O tratado é um importante instrumento internacional para garantir mais controle e transparência às exportações mundiais de armas e ajuda a limitar o abastecimento de áreas de conflito e governos genocidas.

Em maio, a Conectas participou da criação da Coalização pela Exportação Responsável de Armas, que atua no Congresso e junto à opinião pública para fazer avançar o processo de ratificação do TCA.

Além da campanha nacional, a Conectas participou do Encontro Extraordinário sobre o TCA, em fevereiro, e da Segunda Conferência do Estados-Partes do tratado, em agosto. Em ambas reuniões a Conectas pressionou o Brasil a ratificar o tratado e também trabalhou para que outros países apoiassem a total transparência dos relatórios obrigatórios sobre o comércio de armas.

Após pressão da sociedade civil, um passo importante na ratificação foi dado com sua aprovação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em agosto de 2016.

O Brasil é hoje o quarto maior exportador de armas pequenas, mas ainda possui um dos mais sigilosos processos de venda de armas, regulado por um decreto secreto da época da ditadura militar: o PNEMEM –(Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar).



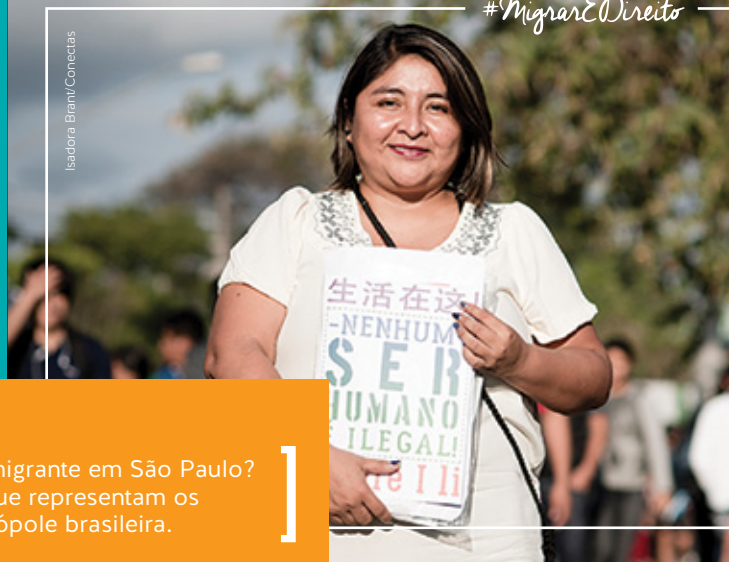
GlassGrows/Divulgação

também dos brasileiros no exterior foi crucial para a construção de um projeto suprapartidário.

Em agosto, foi lançada uma petição pela aprovação da nova lei chamada #MigrarÉDireito, que reuniu mais de dez mil assinaturas até dezembro, quando foi entregue aos deputados. No mesmo mês, a Câmara aprovou o texto da nova Lei de Migração com ampla margem.

MIGRANTES DE SÃO PAULO

Quem são, como vivem e quais os desafios de ser migrante em São Paulo? Em novembro, a Conectas deu voz a seis pessoas que representam os conflitos e alegrias de ser estrangeiro na maior metrópole brasileira.



GUANTÁNAMO: PROMESSA NÃO CUMPRIDA

Relembrando os sete anos da promessa do ex-presidente dos EUA, Barack Obama de fechar a prisão de Guantánamo, a Conectas seguiu a pressão pelo fim do centro de detenção.

Um dos principais obstáculos para o fechamento do complexo é a impossibilidade dos presos de retornarem a seus países de origem ou ganhar liberdade em território norte-americano. Por isso, a Conectas se uniu a outras organizações para pressionar o governo brasileiro a aceitar como refugiados presos de Guantánamo com autorização de liberdade, assim como fez o Uruguai.

A Conectas também participou da reunião do Mercosul-Unasul sobre participação social, trazendo a questão dos presos de Guantánamo. Bilateralmente, Conectas também participou de reuniões na Argentina e no Uruguai para coordenar ações de incidência com outras organizações da região.

A campanha promovida pela Conectas trouxe de volta a questão de Guantánamo ao debate público brasileiro. Veículos de grande alcance publicaram matérias sobre as ilegalidades da prisão americana por conta do trabalho desenvolvido pela Conectas.

A ESTREIA DE TEMER NA ONU

Pela primeira vez como chefe do Estado brasileiro, Michel Temer fez em setembro o discurso inaugural da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Dado o contexto político brasileiro nacional, o discurso merecia atenção especial e, por isso, a Conectas e parceiros realizaram uma transmissão ao vivo no Facebook analisando a fala do presidente.

Na ocasião, Temer afirmou que vivem no Brasil 95 mil refugiados, contrariando informação do Ministério das Relações Exteriores de que eram, na verdade, menos de 9 mil. Temer somou esse número aos 85 mil vistos humanitários concedidos a haitianos, que não são reconhecidos como refugiados no país. A Conectas reagiu publicamente criticando a divulgação de dados equivocados pelo presidente e aproveitou para cobrar a substituição do Estatuto do Estrangeiro por uma legislação com viés de direitos humanos e políticas migratórias mais consistentes.

Nesta mesma sessão o Brasil absteve-se na votação da resolução sobre direitos humanos no Irã. A Conectas denunciou publicamente a postura do país, que evidencia a sobreposição de interesses comerciais ao compromisso constitucional de priorizar os direitos humanos na política externa.

CONECTAS NA ONU

Em 2016, a Conectas utilizou os fóruns internacionais para denunciar violações e retrocessos no Brasil e no mundo. Veja o resumo de nossa atuação na ONU:

10 PRONUNCIAMENTOS DURANTE SESSÕES DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS EM GENEBRA

Temas: migrações, repressão a protestos, arbitrariedades em decorrência dos Jogos Olímpicos, tortura, lei de drogas, revista vexatória, Ayotzinapa (México), empresas e direitos humanos, ameaças a ativistas e ameaças legislativas aos direitos humanos no Brasil.



05 EVENTOS PARALELOS

Durante as sessões do Conselho de Direitos Humanos, co-organizamos eventos paralelos sobre Ayotzinapa (México), política de drogas, acesso a medicamentos e propriedade intelectual e prisão de Guantánamo.



01 APELO URGENTE

Pedimos que a ONU se posicionasse sobre violações dos acordos de reparação com os atingidos pelo rompimento da barragem da BHP, Samarco e Vale em Mariana (MG).



COOPERAÇÃO SUL-SUL

ANGOLA: REPRESSÃO CONTRA ATIVISTAS



A Conectas trabalhou com parceiros do Sul Global para cobrar do governo angolano a **libertação dos 17 ativistas** presos por se oporem ao governo. Eles haviam sido detidos arbitrariamente em junho de 2015, um mês após o ativista Manoel Nito Alves

ter participado do Colóquio Internacional de Direitos Humanos promovido pela Conectas em São Paulo, durante o qual ele ressaltou o risco de ser preso em seu país. Manoel Nito foi condenado junto com outros ativistas em março de 2016 por crime de injúria.

A Conectas participou ativamente da pressão internacional para libertar os ativistas. Como parte da incidência frente ao governo brasileiro, a organização pediu formalmente que o Planalto rompesse o silêncio e demonstrasse sua preocupação às autoridades angolanas. A pressão internacional surtiu efeito e, em julho de 2016, os ativistas foram finalmente libertados.

MÉXICO: JUSTIÇA PARA OS ESTUDANTES DE AYOTZINAPA

Diante da demora do governo mexicano em dar respostas ao **desaparecimento forçado de 43 estudantes** em Ayotzinapa, ocorrido em 2015, diversas organizações, entre elas a Conectas, aumentaram a pressão sobre as autoridades do país exigindo investigações independentes e a responsabilização dos culpados. As entidades solicitaram a criação de um mecanismo de monitoramento do caso que siga recomendações



estabelecidas pela CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA).

O pedido ocorreu após o fim do mandato do GIEI (Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes), designado pela Comissão, que identificou falhas no processo de investigação conduzido pela PGR (Procuradoria Geral da República) e evidenciou as tentativas deliberadas do governo de barrar as investigações. O Estado mexicano descumpriu a promessa de “localizar os desaparecidos e garantir justiça aos familiares das vítimas”.

INDONÉSIA: PENA DE MORTE

Em julho, o governo indonésio iniciou a terceira rodada de execuções em menos de dois anos, dessa vez de três nigerianos e um indonésio. Na Indonésia, diversos delitos são punidos com a pena de morte, incluindo o tráfico de drogas, o que faz com que o país esteja entre os dez Estados que mais aplicam a pena capital no mundo. Frente às várias execuções feitas pelo governo, a Conectas se uniu a outras organizações de direitos humanos do Sul Global para **condenar a aplicação da pena de morte**. As organizações instaram o governo indonésio a interromper todas as execuções pendentes e a estabelecer uma moratória geral sobre a pena de morte com o objetivo de abolir a prática no país.

A Conectas também apoiou internacionalmente o ativista Haris Ahzar, da ONG Kontras, que se tornou alvo de acusações e intimidações por parte do Estado indonésio após relatar o envolvimento de autoridades locais com o tráfico de drogas no país.



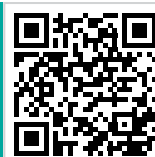
Mulheres: mobilizações, conquistas e entraves

Em dezembro de 2016 foi lançada a edição 24 da Sur. Pela primeira vez, todos os artigos foram escritos por mulheres, que examinaram a luta na busca da igualdade de direitos. A artista brasileira Catarina Bessel foi encarregada de ilustrar uma série de fotografias retratando mulheres protestando por

direitos reprodutivos. Albertina de Oliveira Costa, socióloga brasileira e ativista feminista, foi a editora convidada desta edição.



Confira a edição



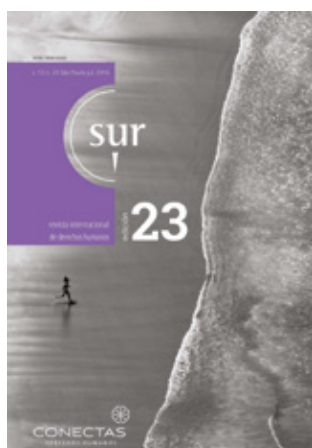
SUR REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Aprofundando a renovação editorial da SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, em 2016 a Conectas lançou duas edições temáticas, com conteúdos exclusivos em formatos variados.

Migração e direitos humanos

Em julho, foi lançada a 23ª edição da Revista Sur, sobre migração e direitos humanos. Especialista em migração e professora da Universidade de São Paulo, Deisy Ventura foi a editora convidada. A edição contou com contribuições de especialistas internacionais, que analisaram novas tendências e fluxos migratórios ao redor do mundo. Além disso, o relator especial das Nações Unidas sobre os direitos humanos dos migrantes, François Crépeau (Canadá), foi entrevistado pela equipe Sur e falou sobre como a política migratória da União Europeia deve incorporar uma perspectiva de direitos humanos. A

SUR 23 recebeu, ainda, a colaboração dos artistas da Cartooning for Peace, que ofereceram uma reflexão crítica sobre o debate da migração no contexto Europeu.



Confira a edição



DIREITOS DAS MULHERES

Em 2016, a Conectas aprofundou sua parceria com a AWID (Associação para o Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento, na sigla em inglês), que é uma das maiores organizações feministas do mundo e que há trinta anos busca a igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e direitos humanos para mulheres no mundo todo.

A Conectas esteve presente no Fórum Awid, em setembro, ocorrido no Brasil, e contribuiu para uma das principais discussões do evento: o encolhimento do espaço democrático. Reconhecendo as múltiplas complexidades envolvidas neste debate, em fevereiro, Conectas e Awid organizaram uma conferência online de três dias com **85 ativistas e especialistas de trinta países**. Nesta ocasião, aprofundaram a análise e a compreensão da natureza das mudanças nos espaços democráticos e discutiram como criar novas e vibrantes formas de atuação para a sociedade civil.



EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS



ESTRADA INTERROMPIDA

Em 2016, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) foi cobrado

por suas frágeis políticas socioambientais em investimentos internacionais. Por meio de documentos obtidos via Lei de Acesso à Informação, Conectas, CEDLA e Global Witness expuseram como o banco falhou em detectar ilegalidades e graves problemas socioambientais ao aprovar, em 2011, um contrato de US\$ 332 milhões para a construção de uma estrada que ameaçava cortar o parque TIPNIS (Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure), um território indígena protegido na Amazônia boliviana.

Apesar de o projeto não ter saído do papel, em razão da pressão dos indígenas e da opinião pública internacional, as entidades utilizaram o caso para demandar que o BNDES melhore sua avaliação de diligência prévia, inclua comunidades e partes interessadas nos projetos, forneça mecanismos adequados de queixa e promova a responsabilidade e a reparação adequada para o caso da ocorrência de danos.

O RIO DOCE VIVE

Um ano após o rompimento da barragem das empresas Samarco, BHP Billiton e Vale, que custou a vida de 19 pessoas, deixou centenas de desabrigados e lançou milhões de metros cúbicos de lama com metais pesados na bacia do Rio Doce, as populações afetadas ainda sofriam com a falta de acesso à água potável, a poluição dos rios e problemas de saúde.

A organização foi um importante ator no processo para dar voz às vítimas das violações dos direitos humanos. Em maio de 2016, a Conectas enviou, junto com outras sete entidades da sociedade civil, uma denúncia à ONU pela falta de participação dos atingidos no acordo firmado entre o Executivo federal e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de um lado, e as três empresas responsáveis pelo desastre (Samarco, Vale e BHP Billiton) do outro.

A equipe da Conectas foi *in loco* coletar informações sobre a situação. Em parceria com outras organizações, pedimos ao Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos que desse atenção prioritária a este desastre.

Elaboramos ainda um acervo digital sobre o caso. O site chamado **“Rio Doce Vivo”** é um repositório de estudos, relatórios, laudos técnicos, imagens, vídeos, processos judiciais e outros tipos de dados públicos que podem ajudar pessoas e instituições interessadas em reconstruir uma memória viva e acompanhar a responsabilização das empresas e das instituições cujas ações e omissões causaram a tragédia.

Acesse o site





O BANCO MUNDIAL E A PROTEÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

Em 2016, o Banco Mundial concluiu o processo de revisão de suas salvaguardas - regras que visam a garantir o respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos nos projetos financiados pela instituição. Nesse período, a Conectas se manteve ativa para pressionar o banco e os Estados que são seus acionistas por um compromisso efetivo.

O que era para ser um processo orientado para o fortalecimento das regras socioambientais, entretanto, tornou-se um problema para os direitos das populações indígenas. Para diversas ONGs, incluindo a Conectas, o Brasil, que é membro do Banco Mundial, assumiu posições preocupantes durante o processo de revisão sobre o direito à consulta livre, prévia e informada.

Para forçar o Brasil a rever suas recomendações ao Banco Mundial, uma petição lançada pela Conectas, ISA (Instituto Socioambiental) e International Rivers pedia que o país se posicionasse contra qualquer retrocesso na Política de Povos Indígenas do Banco Mundial em respeito à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e à Convenção 169 da OIT. Paralelamente, a Conectas solicitou à Procuradoria-Geral dos Direitos do Cidadão que enviasse um pedido oficial ao Ministério da Fazenda, questionando a posição do Brasil.

Em agosto, o Banco Mundial aprovou as novas salvaguardas sem incluir proteções significativas aos direitos humanos. Após a publicação, a Coalizão pelos Direitos Humanos em Desenvolvimento, da qual a Conectas é membro, realizou uma análise das novas salvaguardas em relação a direitos trabalhistas, povos indígenas, direitos LGBT, entre outros.



Beto Barata/Palácio do Planalto

O NOVO BANCO DOS BRICS

Respondendo à falta de informação sobre o processo de operação do NBD (Novo Banco de Desenvolvimento) dos BRICS - bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, organizações da sociedade civil criaram fóruns de diálogo para preparar uma agenda comum de ações exigindo transparência e políticas sociais e ambientais nos investimentos feitos pela instituição. Em março, o Encontro de Estratégia da Sociedade Civil no BRICS e o NBD foi organizado pela Conectas, Rebrip (Rede Brasileira para a Integração dos Povos) e Oxfam Brasil.

Em abril, a Conectas solicitou ao Ministério da Fazenda que orientasse o Brasil a não aprovar financiamentos sem estudos prévios de impacto socioambiental ou sem consulta com as comunidades potencialmente atingidas.

Em julho, Conectas e outras organizações participaram da primeira reunião anual do NBD em Xangai. Foi a primeira vez que organizações da sociedade civil e especialistas participaram das discussões do NBD - uma oportunidade de desafiar a ausência de transparência no banco, que ainda não divulga informações sobre as avaliações socioambientais dos projetos.

Criado em 2014, na cúpula dos BRICS, o NBD tem por missão financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

RADICAL E SEM COMPAIXÃO

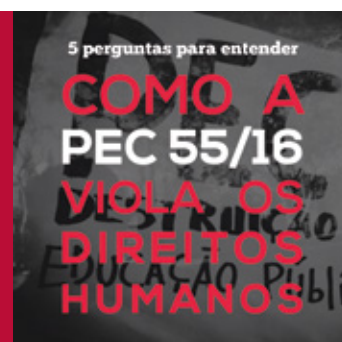
A radicalidade e desproporcionalidade da emenda constitucional que congelou os gastos primários do governo federal brasileiro por 20 anos foi alvo de forte campanha da Conectas e de parceiros em 2016 por seu impacto sobre os investimentos em serviços públicos como saúde e educação, com consequências mais diretas para as populações vulneráveis.

Em audiência na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) em dezembro, 16 organizações da sociedade civil denunciaram as medidas e instaram a Comissão a se manifestar publicamente.

Conectas, Oxfam, Inesc (Instituto de Estudos

Socioeconômicos) e CESR (Center for Economic and Social Rights) também elaboraram nota técnica encaminhada ao relator especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston.

Alston, por sua vez, se manifestou publicamente, avaliando que a emenda traria prejuízos especialmente graves aos mais pobres e que o congelamento exclusivo do gasto social colocaria o Brasil em uma categoria única em matéria de retrocesso. Para ele, a medida é "radical" e "sem compaixão".



INSTITUCIONAL

DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

Em 2016 a Conectas passou a fazer parte da comissão organizadora do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos ao lado de outras onze renomadas instituições. A premiação já existe há 38 anos e é considerada uma das mais significativas distinções jornalísticas do país. **O Prêmio Vladimir Herzog** reconhece, ano a ano, trabalhos que valorizam a democracia, a cidadania e os direitos humanos. Em 2016, a Conectas ajudou a escolher os premiados nas categorias artes, fotografia, televisão: documentário, televisão: reportagem, rádio, jornal, revista e internet.



CONHECIMENTO COMPARTILHADO

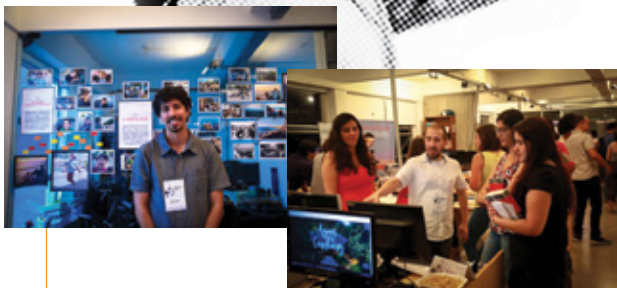
No segundo semestre de 2016, a Conectas realizou a terceira edição do **Curso de Jornalismo e Direitos Humanos**, em parceria com a Oboré e a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). O curso é um dos módulos do Projeto Repórter do Futuro, que contribui para a formação de profissionais de comunicação oferecendo cursos temáticos gratuitos há mais de 20 anos.

Em 2016, os 20 estudantes selecionados assistiram semanalmente a palestras dos especialistas da Conectas sobre diversos temas de direitos humanos. Esta edição teve um número recorde de inscrições, com 832 candidaturas, um aumento de 40% em relação à primeira edição e de 91% quando comparado ao número de inscritos em 2015. Neste ano, além dos estudantes, cinco jornalistas profissionais participaram como observadores.





João Paulo Brito/Conectas



A CONECTAS DE PORTAS ABERTAS

Em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Conectas abriu as portas de sua sede para a realização da **II Feira de Ideias**, com o objetivo de reunir estudantes, pesquisadores, coletivos e movimentos sociais para apresentar suas pesquisas, projetos, trabalhos jornalísticos e artísticos relacionados à defesa e promoção da cidadania e dos direitos humanos no Brasil e no mundo. Nessa edição foram inscritos 112 trabalhos, dos quais foram selecionados 30. Durante a feira, os visitantes puderam circular entre os stands, conhecer todos os trabalhos apresentados e dialogar com os expositores.

PRESENTE NOS PRINCIPAIS FÓRUMS DE DIREITOS HUMANOS DO PAÍS

Em julho, a Conectas foi eleita para ser uma das representantes da sociedade civil no **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)** para um mandato de 2016 a 2018. Durante todo o segundo semestre, no entanto, o CNPCT teve seu trabalho paralisado: as entidades escolhidas não foram designadas e nenhuma reunião foi organizada. O congelamento das atividades inviabilizou, inclusive, a seleção de novos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Diante deste cenário, a Conectas se reuniu com parceiros para pressionar o governo, em especial o então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, a restabelecer as reuniões do CNPCT e continuar o trabalho de prevenção à tortura no país. Em novembro, a Conectas assinou juntamente com outras 12 entidades uma carta pública exigindo a imediata nomeação dos membros eleitos para o CNPCT. A pressão surtiu efeito e a designação aconteceu pouco depois, em dezembro.

No mesmo mês, a Conectas também tomou posse como suplente no **CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos)**, que tem como finalidade promover e defender os direitos humanos por meio de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras.



MOBILIZAÇÃO E CAPTAÇÃO: ESTRATÉGIA CONJUNTA

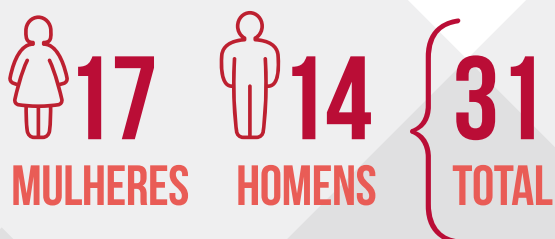
Em junho de 2016, o workshop de Resiliência Financeira organizado em parceria com consultores da Fundação Ford foi o ponto de partida de uma nova estratégia de captação de recursos para os próximos anos. O time da Conectas estabeleceu um plano de fortalecimento do seu modelo de financiamento, diversificando as fontes de recursos da organização.

O primeiro passo para esta mudança foi iniciar a implementação de um novo canal de captação

de recursos: doações com pessoas físicas pela internet. Apesar de não ter um objetivo financeiro a curto prazo, esta estratégia pretende mobilizar o público em torno das questões de direitos humanos e aumentar a legitimidade do movimento. No final de novembro, a Conectas lançou sua primeira campanha de testes para o **Dia de Doar**, que é internacionalmente conhecido como **#GivingTuesday**.

CONECTAS EM NÚMEROS

EQUIPE



FAIXA ETÁRIA



MULHERES EM POSIÇÃO GERENCIAL

De 7 postos gerenciais
e direção, 4 são mulheres



3
ESTRANGEIROS



26
VOLUNTÁRIOS

Contando com os
conselheiros do CD e CF



*Pesquisa realizada por autodeclaração

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITA 2016

Ford Foundation	2,899,565.44	25.8%
Open Society Foundations	2,781,714.46	24.7%
Oak Foundation	1,713,988.00	15.2%
Anonimous 1	915,698.05	8.1%
Interest of Application*	746,603.00	6.6%
Sigrid Rausing Trust	745,950.00	6.6%
Anonimous 2	331,907.83	2.9%
Charles Stewart Mott Foundation	250,125.00	2.2%
The Swedish International Development Cooperation Agency	157,548.91	1.4%
Oxfam Brasil	143,960.00	1.3%
Instituto Pro Bono	95,472.12	0.8%
Cels	94,975.35	0.8%
Volunteers	88,766.67	0.8%
Channel Foundation	81,000.00	0.7%
Ohchr - Opcat	72,400.00	0.6%
Embaixada da Irlanda	43,219.20	0.4%
Instituto Clima e Sociedade	25,000.00	0.2%
Outros	63,390.84	0.6%

Receita Total: **R\$ 11,251,284.87**

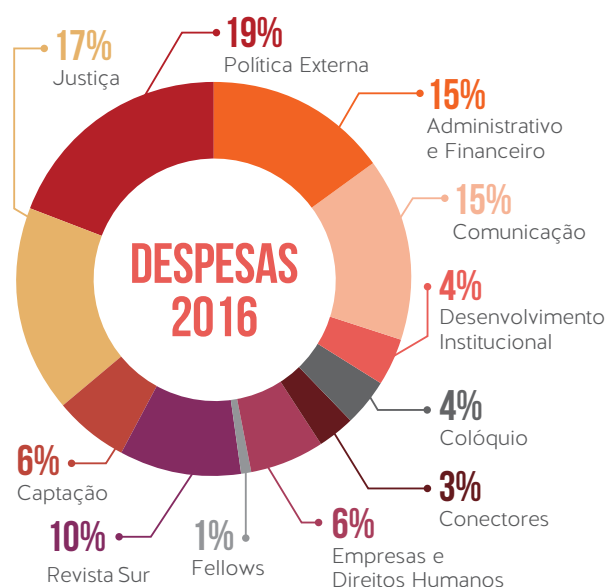
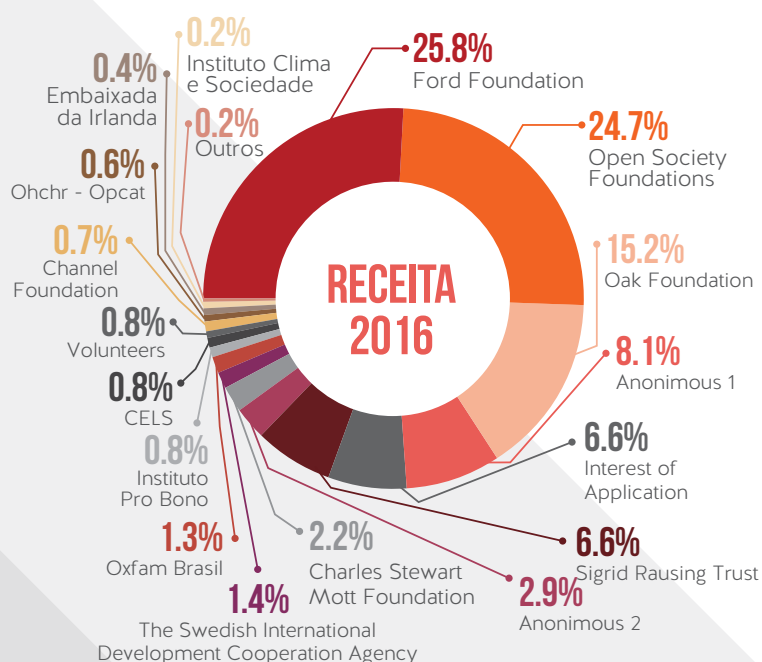
DESPESAS 2016

Administrativo e Financeiro	1,110,932.06	15%
Captação	460,933.96	6%
Colóquio	348,633.52	5%
Comunicação Institucional	326,523.62	4%
Conectores	210,123.39	3%
Desenvolvimento Institucional	323,013.26	4%
Empresas e Direitos Humanos	499,753.48	7%
Fellows	78,818.12	1%
Justiça	1,353,528.74	19%
Política Externa	1,625,785.85	22%
Revista Sur	840,794.34	12%
Voluntários	88,766.67	1%

Despesa Total: **R\$ 7,267,607.00**

* Para fins gerenciais, os rendimentos obtidos com aplicações financeiras são considerados como receita para utilização no ano corrente.

** R\$ 3.489,858 recebidos como adiantamento para o ano de 2017, conforme nota 8 das Demonstrações Contábeis de 2016



Av. Paulista, 575 - 19º andar
São Paulo - SP
CEP 01311-000 - Brasil
+55 11 3884-7440

www.conectas.org



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS